

A TERRA PROMETIDA REPUBLICANA: UM ESTUDO DAS METÁFORAS RELIGIOSAS EM *ESAÚ E JACÓ*, DE MACHADO DE ASSIS

Rodrigo Trindade¹
Gabriela de Azevedo Zanni²

DOI: <https://doi.org/10.34019/1983-8379.2026.v19.51330>

RESUMO: O presente artigo propõe-se a discorrer sobre a construção das metáforas religiosas no romance *Esau e Jacob*, de Machado de Assis, publicado em 1904, no qual tais imagens são mobilizadas para articular política, costumes sociais e fé, revelando as tensões e contradições do período. O recurso metafórico é observado especialmente por meio da forma como Machado de Assis utiliza referências religiosas para comentar, ironizar e problematizar o comportamento das figuras públicas e da sociedade brasileira daquele momento histórico, marcado por instabilidade política e por uma reorganização simbólica dos valores republicanos. Foram notadas semelhanças entre o modo como o autor postula imagens religiosas para expor de modo irônico, didático e implícito as idiosincrasias políticas e morais do período de transição entre o regime imperial e o republicano. Nesse sentido, sugerimos que o texto do autor esteve iluminado pelos acontecimentos históricos e fez performance desse material com imagens do imaginário religioso de seu tempo. A fim de desenvolver esta tese, utilizou-se como arcabouço teórico Schwarz (1991, 2012 [1977]) e Guimarães (2012).

Palavras-chave: *Esau e Jacob*; literatura brasileira; Machado de Assis; Primeira República; romance

THE PROMISED REPUBLICAN LAND: A STUDY OF RELIGIOUS METAPHORS IN *ESAU AND JACOB*, BY MACHADO DE ASSIS

ABSTRACT: This article examines the construction of religious metaphors in the novel *Esau and Jacob*, by Machado de Assis, produced in 1904, during Brazil's First Republic, in which such imagery is employed to articulate politics, social customs, and faith, thereby exposing the tensions and contradictions of the period. The study observes the metaphorical strategy through which Machado uses religious references to comment on, ironize, and problematize the conduct of public figures and Brazilian society in a historical context marked by political instability and the symbolic reorganization of republican values. Similarities are identified in the author's use of religious imagery to expose, in an ironic, didactic, and, given the authoritarian context, implicit manner, the political and moral idiosyncrasies of the transitional period between the republican and democratic regimes in Brazil. In

¹ Professor de Literatura Brasileira no IFSP. Doutor em Letras pela USP, é autor de Vozes da imprensa: Machado de Assis e a crônica brasileira no início da República (Cancioneiro, 2024). E-mail: r.trindade@outlook.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0132-7019>.

² Professora na rede pública do Estado de São Paulo. Graduada em Letras pelo Instituto Federal de São Paulo (IFSP), desenvolve pesquisa na área de Literatura Brasileira, com ênfase na obra de Machado de Assis. E-mail: gabriela.zanni@aluno.ifsp.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-4480-4969>.

this regard, the article highlights Machado's engagement with contemporary historical events and, more specifically, with the concepts that shaped the religious imagination of the time. The theoretical framework is based on Schwarz (1991, 2012[1977]) e Guimarães (2012).

Keywords: Brazilian literature; *Esau and Jacob*; First Brazilian Republic; Machado de Assis; novel

Introdução

Ao longo do século XX, a crítica debruçou-se de diferentes maneiras sobre como a obra machadiana teria problematizado o contexto social brasileiro. Muitos de seus pares, também ficcionistas, como Lima Barreto e Mário de Andrade, teriam acusado Machado de Assis de certo absenteísmo. Por outro lado, autores como Roberto Schwarz (2012 [1977]) sugerem uma sociedade brasileira esmiuçadamente discutida na obra do autor. De acordo com John Gledson em *Machado de Assis Ficção e História* (2003) haveria certa problematização intencional do Brasil do fim do segundo império na obra do escritor: "Considero que os romances, como um todo, pretendem transmitir grandes e importantes verdades históricas, de surpreendente profundidade e amplitude." (Gledson, 2003, p. 25) Dessa forma, a literatura de Machado de Assis exporia de maneira complexa as transformações políticas vividas pela sociedade brasileira. Adicionalmente, segundo Gledson (1991), essa transposição dos limites de sua ficção faz parte de um projeto de texto mais amplo e que visa a construção perene de um acervo literário que represente as idiossincrasias brasileiras.

Considerando a questão do realismo machadiano, é possível mencionar a maneira como as produções do autor possuem uma característica bastante marcante: a sutileza em relação aos recursos utilizados para fazer com que o aspecto histórico seja colocado como parte da configuração narrativa. À vista disso, tal especificidade é dada porque o realismo machadiano "é sobretudo enganoso: ou seja, está oculto do leitor, de maneira que se torna necessário ler nas entrelinhas para entender o romance." (Gledson, 2003, p. 23). Assim, as nuances narrativas em ação na tessitura literária são parte essencial do entendimento das camadas implícitas do realismo de Machado de Assis.

À luz do exposto, pode-se sugerir que uma das figuras de linguagem mais utilizadas pelo escritor como forma de construir narrativas que não sejam facilmente decifradas pelo leitorado é a metáfora, uma vez que ela trabalha no campo das comparações implícitas e, assim sendo, é meio para o fim de uma construção de texto mais denso e de significados multifacetados, amparando a ironia, desvelando as hipocrisias da sociedade ao tratar de assuntos que por diversas vezes provocam o *status quo* da sociedade brasileira.

Em *Esau e Jacó* (Assis, 1904), sugerimos que o trabalho com as metáforas religiosas opera como recurso de dessacralização e desvelamento das convenções sociais do século XIX, não de forma a moralizar a sociedade e sim transpor o aspecto religioso para o mundano, como apresenta Paulo Sérgio Proença (2024, p. 15):

Confinada a convenções sociais, a religião se submete às contingências humanas; torna-se sistema fechado; conforma-se a elementos doutrinários

ineficientes para suprir demandas religiosas legítimas. Não há êxtases nem arrebatamentos, muito menos euforia utópico-apocalíptica.

Assim, o presente estudo pretende demonstrar a maneira como as metáforas religiosas são utilizadas no romance como forma de expor sutilmente a transformação social brasileira no fim do século XIX, considerando os aspectos que permeavam a realidade política de transição entre o regime imperial e o republicano. Para isso, consideramos primordialmente a nomeação em pares dos protagonistas do livro, Esaú/Jacó e Pedro/Paulo, uma vez que seus *scripts* narrativos estão intrincados nas concepções sociais desse período.

1. Esaú e Jacó: a profecia que inaugura a formação da nação republicana

A leitura de *Esaú e Jacó* sugere duas grandes metáforas principais, ambas relacionadas aos nomes dos protagonistas da obra: considerando a importância da nomeação como construção identitária, no romance há gêmeos que carregam em seus nomes partes importantes de suas histórias. Assim, a primeira personagem a colocar essa analogia bíblica de forma indireta é a cabocla que aparece logo no início da obra, por ocasião em que Natividade, sugestivo nome daquela que gera a vida, vai consultá-la a fim de saber como seria o futuro dos filhos:

— Serão grandes, oh! grandes! Deus há de dar-lhes muitos benefícios. Eles hão de subir, subir, subir... Brigaram no ventre de sua mãe, que tem? Cá fora também se briga. Seus filhos serão gloriosos. É só o que lhe digo. Quanto à qualidade da glória, coisas futuras! (Assis, 2005 [1904], p.13)

Assim, há uma fala profética por parte dessa espécie de oráculo, que diz respeito ao nascimento de personagens cuja grandiosidade seria comparada à de outras cristalizadas pela mitologia cristã presente no *Gênesis* bíblico. Nele, Esaú e Jacó disputam o poder da primogenitura de Esaú, patriarca que origina a linhagem do povo de Israel (BÍBLIA, 2014, Gênesis 25:23; 27:1–40).

Nessa esteira, ao longo da obra essa metáfora fundadora dialoga com o contexto político da transição entre o regime imperial e o republicano, que não apenas serve como pano de fundo para a história, mas a integra. É de modo similar ao narrado na Bíblia que o *script* dos irmãos se repete nas personagens machadianas, porque há uma disputa de poder, mesmo que simbolicamente, em torno das formas de governo em disputa naquela época. Um exemplo da maneira como tal embate de ordem política ocorre é o capítulo XXIII, no qual os protagonistas, ainda em fase de pré-adolescência, são questionados sobre qual seria a data de seus aniversários, e referem-se ao mesmo dia de maneiras distintas:

Pedro repetiu vagarosamente:
— Nasci no dia em que Sua Majestade subiu ao trono.
E Paulo, em seguida:
— Nasci no dia em que Pedro I caiu do trono.

(Assis, 2005 [1904], p. 29)

Enquanto Pedro faz referência ao dia que a D. Pedro II subiu ao trono no Brasil, Paulo observa a data pelo viés da deposição de Pedro I, sem reverenciar seu sucessor ou fazer qualquer menção ao sistema monárquico. Ademais, ele topicaliza a queda ao invés da subida, o que demonstra o desprezo do garoto em relação à posição de poder do chefe de Estado vigente naquela época. Sendo assim, destaca-se que ambos colocam esse evento político em substituição aos números frios que determinariam seu nascimento, pressupondo que a importância do marco histórico é tão intrínseca a eles quanto qualquer dado objetivo que pudesse ocupar aquele espaço, transformando o que poderia ser apenas uma cronologia em um indicativo da maneira como cada um constrói sua visão de mundo e como ela os representa.

Considerada a perene e frágil disputa entre os gêmeos e a constante referência ao repertório cultural produzida pela mitologia bíblica, é essencial pensar nas imagens de formação e origem, seja do povo judaico, seja dos próprios Pedro e Paulo, em referência ao surgimento da nação israelita para os cristãos e do sistema republicano para os brasileiros, porque é justamente nesses pontos que há uma intersecção entre mito e história, na qual as narrativas de origem se interceptam para ironizar a disputa de poder entre os personagens que a compõem.

Desse modo, a questão da gênese é dada aos israelitas não apenas pela formação de um povo em si, como também pela construção do mundo judaico-cristão, mitologia que fundamenta essa população, e que posteriormente seria ideologicamente enraizada em várias concepções do ocidente até os tempos atuais, servindo como forma de controle social, fomento ao capitalismo moderno e manutenção financeira da classe dominante.

De acordo com Weber em *A ética protestante e o espírito do capitalismo* (2001), o calvinismo pregava a ideia de que a salvação divina estava diretamente atrelada à prosperidade material do indivíduo. Assim sendo, a ideia de que os mais abastados são aqueles escolhidos por Deus para serem salvos fomenta a noção de que há uma predestinação divina que justificaria as desigualdades sociais advindas do sistema capitalista.

Quando a pauta da situação política de disputa, que é latente no romance de Machado de Assis, fica patente num primeiro plano que a figura dos gêmeos representaria a transição monárquica e o nascimento da República da Espada, tendo em vista que um dos maiores embates dos irmãos gira em torno dessa mudança de regime, o que é explicitado já nos primeiros capítulos da obra.

Nessa esteira, percebe-se que tanto o nascimento do povo judaico quanto o da República brasileira representam ideários que em sua pluralidade estão próximos no que tange a um valor: a promoção de um “bem maior” que é individual e, portanto, desigual. Em Canaã, verifica-se a lógica da salvação destinada a pessoas eleitas conforme uma escolha da divindade. Após Jacó passar por diversas provas, incluindo o arrependimento por não ter confiado na promessa divina e ter enganado seu pai na tentativa de garantir o direito à primogenitura, ele luta com um anjo. Depois de vencer a prova divina, o patriarca é purificado, redime-se e ganha a bênção do próprio Deus para governar. Seu nome então é mudado para Israel, aquele que prevalece

contra Deus. Assim, Deus ainda determina que apenas os descendentes do patriarca teriam direito de viver nesse espaço, já que ele provou ser digno de sua posição:

Teu nome é Jacó, mas não te chamarás mais Jacó: teu nome será Israel. Tanto que é chamado de Israel. Deus lhe disse mais: Eu sou o Deus Todo-Poderoso; frutifica e multiplica-te; uma nação e multidão de nações sairão de ti, e reis procederão de ti. E a terra que dei a Abraão e a Isaque, a ti a darei, e à tua descendência depois de ti darei a terra a teus descendentes.
(BÍBLIA, 2014, Gênesis 35:10–12, p. 39)

Do mandamento bíblico, percebe-se que os que descendem de Jacó é que deveriam desfrutar de seus benefícios, porque foi ele que mereceu a terra prometida. Tendo em vista essa narrativa, verifica-se que o mérito e a hereditariedade são os pilares que desenvolvem a fundação espiritual e identitária do povo de Israel, o que culmina em uma contradição. Colocamos essa proposição ao analisar que, segundo Moisés Giordana Mazza e César Luiz De Mari (2021), que se referem à Michael Young em *Meritocracia: origens e desdobramentos no sistema educacional do Reino Unido*, o conceito meritocrático consiste na substituição do critério hereditário pela ênfase no esforço individual, no que tange à ascensão social. Logo, é contraditório que, embora o mérito esteja presente na narrativa de Jacó, a continuidade dos privilégios ocorra hereditariamente. Sob essa perspectiva, observamos que há uma lógica de exclusão tanto na constituição desse povo quanto em sua representação política, já que apenas os descendentes do profeta, os “escolhidos por Deus”, podem integrá-lo e exercer posições de liderança.

De forma análoga à narrativa bíblica, na Primeira República brasileira as questões do mérito e da exclusão também se configuram como elementos constituintes da sociedade. Diferentemente do contexto sacro, no Brasil as raízes de tais problemáticas advêm da importação inadequada de modelos estrangeiros pelo regime republicano “à brasileira”, prática bastante comum na política e nos costumes sociais do país. Tal perspectiva é abordada por Roberto Schwarz no ensaio *As ideias fora do lugar* (2012 [1977]), no qual o autor pormenoriza a forma com qual Machado de Assis aborda essas questões em suas obras literárias, de maneira a expor as contradições entre os costumes sociais praticados pelo povo e as ideias liberais que permeiam o sistema republicano.

As bases da incipiente república brasileira estariam, em primeiro plano, no modelo republicano americano que foi a referência mais expressiva na estrutura do regime por valer-se da concepção de bem público como a soma das vontades individuais. Ademais, o país utilizou também da referência republicana francesa, que em sua pretensa pluralidade, influenciou a propaganda do regime e os jacobinistas no Brasil, apoiadores fervorosos e radicais de Floriano Peixoto. O resultado disso é canhestro, uma vez que a história do país e, conseqüentemente, a formação de seu povo, diferiam das realidades estrangeiras. Nesse sentido aponta José Murilo de Carvalho na obra *A formação das almas: o imaginário da República do Brasil* (2017, p. 25):

No Brasil, não houvera a revolução prévia. Apesar da abolição da escravidão, a sociedade caracterizava-se por desigualdades profundas e pela concentração do poder. Nessas circunstâncias, o liberalismo adquire um caráter de consagração da desigualdade, de sanção da lei do mais forte.

Assim, diferentemente dos Estados Unidos, no qual os colonos viviam em uma sociedade de poucas hierarquias e disparidades, no Brasil, a concentração do poder político e econômico foi mantida. Essa conjuntura configurou-se porque durante o estabelecimento da República não houve uma revolução prévia que garantisse que os ex-escravizados tivessem direito a moradia, trabalho e estudo, perpetuando a pobreza como realidade latente entre essa população. Ademais, não houve reformas sociais que contemplassem as outras camadas mais pobres da sociedade, que permaneceram sem acesso à saúde, educação e direitos políticos. Dessa forma, em solo brasileiro, o liberalismo econômico encontrou terreno fértil para tornar-se fomentador das desigualdades sociais.

No que concerne às bases teóricas do modelo que tentou ser próximo ao dos Estados Unidos, Benjamin Constant, em sua conferência *Da liberdade dos Antigos comparada à dos modernos* (1819), serviu de inspiração para a fundamentação desse regime no país. Segundo ele, as formas de governo democrático gregas já não funcionam após a adoção do Capitalismo, porque os trabalhadores não se interessavam e nem tinham tempo disponível para participar ativamente dos processos de decisão política: nasce então a representação. Nessa conjuntura e considerando os moldes do mercado, a fim de não prejudicar questões comerciais, o mais viável é partir da ideia de que o público corresponde ao conjunto das vontades, intenções e ambições de cada indivíduo. Essa concepção de Constant é explicitada também por Carvalho (Constant *apud* Carvalho, 2017, p. 13):

República podia significar tanto governo livre como governo da lei e governo popular. De uma coisa, porém, estavam certos os fundadores, ou a grande maioria deles: a base filosófica da construção que deveriam empreender, a base do novo pacto político, tinha de ser a predominância do interesse individual, da busca da felicidade pessoal.

Com o aporte de Constant e Carvalho, pode-se dizer que a meritocracia está ligada ao interesse individual justamente por acreditar que a felicidade e a realização estariam vinculadas às ações dos indivíduos, e não às do coletivo. No entanto, apesar das tentativas de adesão, não era possível que a República brasileira fosse a soma das vontades individuais e o cenário meritocrático perfeito, quando os mais pobres e, por consequência, principalmente aqueles que foram libertos da escravidão, não tinham seus direitos como cidadãos assegurados. Exemplo disso é a exclusão institucionalizada por mecanismos como a Lei Saraiva, Decreto nº 3.029, de 9 de Janeiro de 1881 que teve início no Império e permanência na República, que exigiu a alfabetização para o voto, reduzindo o eleitorado a menos de 1% da população.

A justificativa ideológica dessas prerrogativas foi o darwinismo social, que pregava a ideia de que o sucesso seria resultado natural de uma suposta “superioridade” moral, intelectual ou biológica. Assim, em um regime que de democrático possuía apenas a aparência, a parcela

mais pobre da sociedade permanecia sofrendo das mesmas mazelas que a acompanhavam durante o Império.

Tendo em vista a ideologia posta em xeque, havia uma forma de legitimar a ocupação do poder pelas classes mais abastadas, assim como aconteceu com a Israel da literatura dogmática por meio de Jacó. Na Bíblia, aqueles que descendem do patriarca estariam no caminho da salvação, os demais, não. No regime republicano brasileiro, embora se produza um simulacro de igualdade, prevalece a vontade de uma minoria, em regra pertencente às elites e marcada pela hereditariedade. Por essa ótica, é como se a “terra prometida” brasileira fosse representada pela própria adoção do sistema republicano tal como foi feita: centrada nas individualidades e mantenedora da desigualdade social.

Percebemos então a importação pelo Brasil de valores que são externos, uma vez que a meritocracia tem suas origens em contextos hegemônicos europeus e norte-americanos. Tal concepção de dissonância entre a realidade brasileira e a constituição de seu aparato político e ideológico apoiado em ideais estrangeiros é matéria para a literatura brasileira, em especial a machadiana, como aponta Roberto Schwarz (2012 [1977], p. 29) ao demonstrar a maneira com qual a Machado estava tão consciente das questões intrincadas ao país que conseguiu construir uma literatura que ressoava profundamente com as contradições brasileiras: “O escritor pode não saber disso, nem precisa usá-las. Mas só alcança uma ressonância profunda e afinada caso lhes sinta, registre e desdobre — ou evite — o descentramento e a desafinação”. Sob essa perspectiva, um dos motivos da problemática não seria apenas a existência de uma pequena elite que controla o país, mas também a “política do favor”, que cria uma terceira “classe social”: a dos agregados. Essas pessoas, geralmente profissionais liberais, por meio de formas de proteção vinculadas ao cumprimento de deveres e à troca de serviços com a elite, obtêm “vantagens” políticas e econômicas. Consequentemente, não há como reproduzir as máximas da “liberdade”, da “igualdade” e da “fraternidade” num modelo econômico escravocrata em terras nas quais o que prevalece não são a justiça e o mérito, mas sim relações de dependência.

Em *Esau e Jacó*, Machado demonstra o descompasso brasileiro em relação às ideologias que aparentavam construir a República no país. Nesse momento, há uma comparação entre a gênese republicana e a da nação de Israel que expõe a maneira com que os conceitos de liberdade individual, meritocracia e democracia foram incorporados pelo Brasil de maneira imprópria e bastante distinta da de seus países de origem em razão da política do favor, que faz com que a população mais “bem relacionada” e abastada frua na plenitude as suas garantias.

2. As singularidades dos irmãos

De modo a pormenorizar as singularidades da obra no que diz respeito ao plano alegórico, ainda é possível associar diretamente os gêmeos machadianos a cada um dos irmãos bíblicos, o que se dá em primeira mão devido às posições políticas de cada um. Paulo era declaradamente admirador do líder jacobino Robespierre e chega até mesmo a ter uma de suas cartas contra a monarquia publicada em um jornal. O responsável pelo incentivo à publicação é seu pai, Santos, que mesmo sendo monarquista e diante dos protestos da esposa Natividade,

não considera o conteúdo perigoso para a carreira do filho, por mais que as imagens por ele utilizadas explicitem bastante as suas posições: “— Você diga-lhe, aconselhou Natividade, que o nosso Paulo é liberal ardente... — Liberal de 1848, completou Santos lembrando as palavras de Pedro” (Assis, 2005 [1904], p. 44). Ao dizer que o filho parece um liberal de 1848, Natividade refere-se de forma irônica à “Primavera dos povos”, série de revoluções que pregavam o fim do absolutismo monárquico, confirmando que estava ciente do viés republicano do conteúdo do discurso. Nesse sentido, é interessante apontar que essa crítica sugerida de forma opaca demonstra o procedimento machadiano de metaforizar questões políticas por meio da mitologia judaico-cristã:

Paulo leu o artigo. Tinha por epígrafe isto de Amós: “Ouvi esta palavra, vacas gordas que estais no monte de Samaria...” As vacas gordas eram o pessoal do regime, explicou Paulo. Não atacava o imperador, por atenção à mãe, mas com o princípio e o pessoal era violento e áspero. Aires sentiu-lhe aquilo que, em tempo, se chamou “a bossa da combatividade.” Quando Paulo acabou, Pedro disse em ar de mofa:

— Conheço tudo isso, são ideias paulistas.

— As tuas são ideias coloniais, replicou Paulo

(Assis, 2005 [1904], p. 45)

A personagem é sarcástica ao associar os políticos imperialistas aos animais presentes em uma fala do profeta Amós: “Ouvi esta palavra vós, vacas de Basã, que estais no monte de Samaria, que oprimis aos pobres, que esmagais os necessitados, que dizeis a vossos senhores: Dai cá, e bebamos.” (BÍBLIA, 2014, Amós 4:1, p. 91). No excerto bíblico, o líder religioso anuncia que as elites seriam punidas pela exploração dos mais pobres e necessitados.

Durante a narrativa, as inclinações de Paulo ao jacobinismo tornam-se cada vez mais evidentes. De acordo com Suely Robles Queiroz (1986, p. 89), a visão que o grupo jacobino tinha de si próprio pode ser sintetizada da seguinte forma:

Republicanos verdadeiros, entretanto, somente eles: a pureza e sinceridade de seus sentimentos conferia-lhes tal certeza. Portanto, plenamente cabível a atitude maniqueísta que sempre ostentaram: corretas, apenas as suas posições e indefensáveis, inconvenientes ao país, as que lhes fossem contrárias.

Considerando a inclinação política do jovem Paulo a esse jacobinismo, é essencial retomar a própria etimologia do termo: jacobinismo deriva diretamente de “Jacó”, o que também diz respeito as personagens machadiana e bíblica. De modo similar, outro episódio que evidencia tanto a conexão quanto a disputa entre os protagonistas surge quando, ainda na juventude, os irmãos se desentendem por causa dos quadros que cada um decide pendurar em seu lado do quarto, que é um espaço íntimo que costuma refletir a identidade de quem o ocupa. No caso dos filhos de Santos, seus heróis eram lideranças políticas: Robespierre e Luís XVI. Tal escolha ilumina não apenas a rixa entre os meninos, como também a divergência ideológica que permeia seus ideais. Enquanto um se identifica com um homem símbolo do jacobinismo revolucionário, o outro admira um representante da monarquia e da ordem tradicional.

Quanto a Pedro e Esaú, é factível associá-los não apenas pelo contraste de comparação com Paulo/Jacó, mas também pela mitologia que envolve a personagem bíblica e os resultados de seus feitos quando comparados às posições em defesa do Império por parte do protagonista machadiano. Ambas as personagens representam formas políticas que são prévias — a monarquia é antecedente à república e Esaú é o primogênito e, pela lei da época, deveria ser o descendente das terras de Isaque — e perpassadas por regimes políticos que as substituem. É como se, por ideologia e comportamento, uma vez que ambos remetem a questões tradicionais, tanto Pedro quanto Esaú fossem uma representação da manutenção de convenções sociais, enquanto Paulo e Jacó estão diretamente ligados ao movimento de ruptura, ainda que toda essa divergência, no caso dos irmãos machadianos, esteja disposta no campo das aparências.

Dado o exposto, é perceptível como a questão da formação de uma nação, seja ela a cristã ou a republicana, é recorrente nessa imagem apresentada pelo narrador. Tal relação apresenta-se como fundadora do próprio enredo, como se o leitor pudesse pressupor o que esperar de sua experiência literária. Consideremos que a sociedade da época era bastante influenciada pelas noções de religiosidade e propaganda cristãs, mesmo após a suposta separação entre Estado e Igreja advindas da República da Espada.

Dito isso, é importante exprimir a importância do leitor para a obra, e a forma como ela se relaciona com seu contexto de produção. Em *Os leitores de Machado de Assis* (2012), Hélio de Seixas Guimarães traça um panorama da presente questão:

O fato de escritor e leitor viverem num mesmo momento parece implicar, para Sartre, que eles sejam partes perfeitamente complementares de uma figura conhecida, de modo que, traçando o contorno de uma das partes, a outra imediatamente se configuraria, pressupondo-se uma complementaridade quase perfeita entre escrito e público (Sartre *apud* Guimarães, 2012, p. 41).

Atentando-se para o fato de que narrador e leitor atuam como partes complementares do processo literário, pode-se dizer que o uso metafórico religioso cria uma referência comum entre ambos. Tal repertório partilhado permite que a leitura transite da literariedade para a conotação política que Machado imprime ao romance, o que se reflete no efeito de sentido da nomeação dos gêmeos como Esaú e Jacó conferir tom profético à narrativa e determinar que ela tratará do nascimento de uma nação, a republicana, tanto quanto o mito bíblico tratou da judaica.

3. Pedro, Paulo e a concretização do interesse individual

A segunda metáfora corresponde aos nomes civis das personagens. Em primeiro ponto, estabelece-se a diferença entre o nome que funciona como uma alegoria — Esaú e Jacó — e aquele no campo do real. Há uma materialização implícita quando os gêmeos passam de meras comparações a figuras do Antigo Testamento e tornam-se metaforicamente outras figuras advindas da mitologia judaico-cristã. É como se a expectativa da profetização anteriormente

colocada no enredo fosse concretizada de uma forma que também faz jus à rivalidade anterior, mas refere-se a mitos do Novo Testamento: os apóstolos Pedro e Paulo.

Apesar das diferenças entre os nomes que servem como prenúncio e os que servem como materialização, é certo que ambos os pares Esaú/Jacó e Pedro/Paulo possuem em comum o fato de estarem diretamente ligados a interpretações proféticas. De modo mais específico, os irmãos do Antigo Testamento são parte da profecia da Terra Prometida e os Apóstolos compõem a materialização profética dos ensinamentos de Cristo.

No romance, a questão profética está inserida já na forma como o nome de registro dos irmãos foi decidido, tendo em vista que a tia dos bebês, Perpétua, é quem sugere a semelhança dos garotos com os apóstolos, após rezar o seu Credo:

Um dia, estando Perpétua à missa, rezou o Credo, advertiu nas palavras: ‘... os santos apóstolos S. Pedro e S. Paulo’, e mal pôde acabar a oração. Tinha descoberto os nomes; eram simples e gêmeos. Os pais concordaram com ela e a pendência acabou. (Assis, 2005[1904], p. 18).

Dessa maneira, visões como a dela se aproximam da tradição das profecias. Na mitologia bíblica, tais momentos geralmente funcionam como prenúncios de mudanças sociais, políticas ou espirituais de um coletivo de pessoas. Dessa forma, há como na metáfora anterior, uma antecipação de que a existência dessas crianças pode gerar grandes cisões sociais que tratam da construção de uma narrativa fundadora do Brasil republicano.

De modo mais específico, relacionam-se os gêmeos a Pedro e Paulo, figuras centrais do Novo Testamento que passam por radicais mudanças após converterem-se ao cristianismo, inclusive trocando seus nomes anteriores — Simão e Saulo — como maneira de representar tais transformações. O primeiro era pescador e tornou-se um dos primeiros discípulos de Jesus, sendo reconhecido como a “rocha” sobre a qual a Igreja seria edificada, considerado na tradição católica apostólica romana o primeiro papa. A ancestralidade iconográfica da personagem do romance diz respeito ao regime Imperial e no imaginário religioso gira em torno não apenas da transmissão de saberes da religião, como também da rigidez de seus escritos.

Saulo, por sua vez, era um intelectual fariseu e perseguidor dos cristãos que teve uma visão, converteu-se e tornou-se missionário e teólogo, responsável por levar a fé a diferentes povos e culturas, o que pode ser notado pela grande quantidade de cartas por ele escritas e consignadas na BÍBLIA. Por não ter conhecido Jesus, Paulo foi nomeado como apóstolo devido ao chamado divino que escutou em sua visão. É plausível entendê-lo como alguém que espalhou a palavra divina mesmo para aqueles que estavam distantes da fé, considerando que se tornou parte integrante apostólica após o acontecimento da crucificação:

Contudo, eu vos escrevi, e em parte com certa ousadia, mais no sentido de avivar a vossa memória, em virtude da graça que me foi concedida por Deus de ser o ministro de Cristo Jesus para os gentios, a serviço do evangelho." (BÍBLIA, 2014, Romanos 15:15, p. 687).

Na carta aos Romanos, o apóstolo explica que sua escrita não era para ensinar algo novo, mas para avivar a memória dos leitores e prioriza por diversas vezes a salvação pela fé. De modo associável, a personagem machadiana também acredita na democratização da república e faz esforços em prol da conscientização da população no que tange a essa temática.

No decorrer da obra, torna-se explícito que, assim como os religiosos podem parecer distintos entre si, os futuros políticos podem parecer diferentes, mas, no fundo, seguem a lógica do interesse individual, e não a da coisa pública. Quando são eleitos deputados, os irmãos passam a entrar em discordância, mas chegam a um meio termo nas suas ideias, a fim tanto de sobreviver no meio político quanto de não decepcionar a própria mãe, que havia pedido que eles não brigassem mais:

Entravam juntos, andavam juntos, saíam juntos. Duas ou três vezes votaram juntos, com grande escândalo dos respectivos amigos políticos. Tinham sido eleitos para se baterem, e acabavam traindo os eleitores. Ouviram nomes duros, repreensões acerbadas. Quiseram renunciar ao cargo; Pedro, entretanto, achou um meio conciliatório.

— O nosso dever político é votar com os amigos, disse ele ao irmão. Votemos com eles. Mamãe só nos pediu concórdia pessoal. Na tribuna, sim, ninguém nos levará a atacar um ao outro; no debate e no voto podemos e devemos dissentir (Assis, 2005 [1904], p. 99).

Nessa passagem, pela modalização de “devemos dissentir”, verifica-se que há uma hipocrisia em relação às proposições dos então deputados, porque o que a eles interessa é o consenso, que ocorre no campo da vontade individual. Em relação a Pedro, chega a ser contraditória a maneira com a qual ele tão veementemente negava o novo sistema, mas acaba por integrá-lo de forma direta. Quanto a Paulo, que era bastante jacobinista, também é irônico que ele tenha entrado para a política de um regime no qual os preceitos de liberdade, igualdade e fraternidade não são levados a efeito.

Em *LXV - Entre os Filhos*, no qual a proclamação da República é explicitamente colocada dentro da narrativa, tornando-se um motivo de discordância velada entre os gêmeos. Paulo comemorava a vitória republicana, enquanto Pedro, a pedido da mãe, permanecia quieto. Percebe-se que Natividade, baronesa e intimamente ligada ao Império, não confronta o filho e nem a mudança de regime. Ela não insiste na discórdia, muito provavelmente porque sua opinião não era de fato um ideal, mas sim conveniência. Agora, basta aceitar.

No interior desse núcleo ficcional, a perspectiva com a qual tanto Natividade quanto seus filhos reagem à institucionalidade também reflete a maneira como o jogo político brasileiro funcionava com base na política das trocas e dos favores. Por meio de tal concepção, as instituições modernas públicas funcionam de acordo com a lógica privada e do privilégio: “Com método, atribui-se universalidade às exceções, mérito ao parentesco, igualdade ao privilégio.” (Schwarz, 1991, p. 6). O Brasil propôs uma república da individualidade e, nesse sentido, para a família protagonista do romance que não escapa do olhar arguto do narrador, a política é vista como um espaço de negociação privada e não de manutenção do bem público.

Considerações finais

O romance encadeia importante simbologia nos pares Esaú/Jacó e Pedro/Paulo na construção dos gêmeos protagonistas. Por meio dessas escolhas, percebe-se um aprofundamento maior na construção das identidades das personagens, que se dá tanto nos nomes de batismo quanto nas referências simbólicas que os ligam a figuras históricas. Assim, o narrador reforça ainda mais a aparente oposição entre as personagens do livro: tem-se dois gêmeos postos de lados opostos do tabuleiro, representados também por pares de personagens das escrituras judaico-cristãs. Em face dessa escolha, coloca-se a hipótese de que os irmãos são associados a tais figuras para simbolizar forças políticas e ideológicas em disputa num Brasil em transformação.

De modo específico, quando tratamos de *Esaú e Jacó*, as metáforas religiosas são utilizadas para dar caráter profético ao nascimento e amadurecimento dos gêmeos, mas também ao de uma nação em transição. Considera-se esse momento como aquele que anteciparia os acontecimentos dos gêmeos brasileiros e da cena política do país. Assim, a imagem inicial é utilizada para dar o tom da narrativa.

Já a nomeação de Pedro e Paulo como sendo o registro civil das protagonistas de Machado de Assis, demonstra a materialização da profecia que foi contada com o mito dos patriarcas do Antigo Testamento. É possível sugerir que a relação entre os mitos e as personagens machadianas remete à consolidação do cristianismo. Ademais, é interessante pensar que a escolha do autor também aponta para as diferenças entre a utilização de narrativas do Antigo e do Novo Testamento, uma vez que, enquanto o Antigo diz respeito a disputas de caráter fundador de uma nação e a ideia de um destino traçado, o Novo se associa à consolidação desse mesmo projeto representado pela ideologia cristã.

Pode-se perceber que o uso alegórico está associado às particularidades políticas do Brasil da República da Espada, no que tange ao individualismo disfarçado pelo ideário positivista do novo regime, o que demonstra a permanência das estruturas excludentes. Colocamos a presente hipótese devido às narrativas bíblicas de merecimento que perpassam as histórias de Esaú e Jacó e Pedro e Paulo em relação a, respectivamente, quem seria digno de Canaã e da dignidade dos gentios perante os demais judeus. Assim, há uma discussão tanto na Bíblia, quanto na política brasileira sobre quem deve ou não participar da sociedade. No entanto, por mais que ambas as alegorias simbolizem a aceitação ou não de determinados grupos, a desigualdade social se destaca no caso brasileiro e os menos abastados acabam prejudicados não por falta de “merecimento”, e sim pela conjuntura que os condiciona.

Nesse sentido, é possível sugerir que Machado de Assis não produz uma ficção dissociada da história brasileira e suas metáforas religiosas configuram-se como um recurso sutil de didatismo na composição de seu projeto literário, por meio do qual o autor expõe criticamente as políticas e os costumes sociais do país. É de maneira paulatina que, por meio delas, o leitor mais observador desvela e aprofunda as problemáticas da realidade que habita, algo típico da literatura machadiana segundo Sidney Chalhoub (2003, p. 77):

A representação literária desses sentidos mais cruciais da história exigia uma narrativa mais sinuosa, cheia de mediações e nuances; na experiência do leitor, assim como na do dependente, a verdade não se lhe apresentava tal qual, o sentido dos acontecimentos não era evidente — distanciamento crítico e observação perseverante tornavam-se requisitos básicos.

É a partir de uma estrutura narrativa sinuosa, metafórica, e que parece girar em torno de uma história sem muitas reviravoltas, que o autor ironiza a conjuntura política de sua época, que não obstante estava sujeita também à censura do governo republicano, o que coagia sua escrita a ser desenvolvida de maneira velada.

Portanto, é a partir do momento em que utiliza desses recursos em seus *scripts* narrativos que Machado guia o leitor para outras impressões e interpretações distanciadas das que são tidas como as tradicionalmente bíblicas, suscitando uma leitura mais atenta e crítica diante de dilemas morais relacionados ao Brasil do século XIX. É dessa forma que a transição de regimes é paulatinamente revelada para o leitor mais atento, como a busca por uma “terra prometida”: o sistema republicano que, em tese, apresentava-se em prol do bem comum, mas mantinha um país dos privilégios e da individualidade, no qual os vícios pareciam reproduzir os do período imperial.

Já a ironia, marca do estilo machadiano, está presente no discurso desse narrador ambíguo que preside o relato e confere à narrativa a expectativa de que os supostos antípodas estariam a ponto de entrar em um grande embate, mas essa expectativa é quebrada quando se verifica o arranjo dos interesses desses opostos. Pedro e Paulo passam a narrativa competindo por seus lugares no mundo, como se não pudessem coexistir em um mesmo plano — o que se reflete na esfera amorosa, familiar e política —, mas acabam por se harmonizar justamente no momento em que entram para a política. Nessa esteira, observa-se que a lógica da vontade individual é o que sustenta a relação dos irmãos, cujo destino parece se ajustar como uma luva à profecia da cabocla do Castelo, mas qual outro destino poderia se ajustar?

Referências

ASSIS, Machado de. *Esau e Jacó*. Rio de Janeiro/Belo Horizonte: Livraria Garnier, 2005 [1904].

ASSIS, Machado de. *Quincas Borba*. São Paulo: Klick Editora, 2006 [1897].

BÍBLIA. Trad. ALMEIDA, João Ferreira de. Ed. revista e corrigida. Brasília: Sociedade Bíblica do Brasil, 2014.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

EUGÊNIO, Alisson. *Pobreza e problemas sociais no interior Brasil da Primeira República: o caso de Alfenas-MG*. Revista de História Regional, [S. l.], v. 22, n. 1, 2017. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/9540>. Acesso em: 6 jan. 2026.

GLEDSON, John. *Machado de Assis: ficção e história*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

GUIMARÃES, Hélio de Seixas. *Os leitores de Machado de Assis: o romance machadiano e o público de literatura no século 19*. São Paulo: Edusp, 2012. Acesso em: 06 jan. 2026.

MAZZA, Moisés Giordano.; MARI, Luiz Cezar de. *Meritocracia: origens do termo e desdobramentos no sistema educacional do Reino Unido*. Pro-Posições, Campinas, v. 32, 2021.

QUEIROZ, Suely Robles Reis. *Os radicais da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

PEREIRA, Astrojildo. Machado de Assis. *Ensaio e apontamentos avulsos*. 2ª. edição. Apresentação José Paulo Neto. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1991.

PROENÇA, Paulo Sérgio. *Amável Formalidade: a religião em Machado de Assis*. Revista Moara, v. 48, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/moara/article/view/4631>. Acesso em: 04 set. 2024.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo, SP: Duas Cidades, Ed. 34, 2012 [1977].

SCHWARZ, Roberto. *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. São Paulo: Duas Cidades: 1991.

Data de submissão: 09/01/2026

Data de aceite: 17/05/2026